

RESENHA

Reconsiderando os arquivos pessoais

COX, Richard. *Personal Archives and a New Archival Calling: Readings, Reflections and Ruminations*. Duluth (MN), Litwin Books, 2008. xviii, 418 p.

HELOÍSA LIBERALLI BELLOTTO

Universidade de São Paulo

Na esteira do novo olhar e da renovada consideração que os arquivos pessoais vêm recebendo dentro da teoria e da prática arquivísticas por parte das instituições, dos arquivistas e dos pesquisadores em geral, só agora começa a ser mais conhecida nos países lusófonos a obra datada de 2008 do conhecido arquivista norte americano, professor de arquivística da Universidade de Pittsburgh, Richard Cox, cujo título pode ser traduzido como *Arquivos pessoais e uma nova “chamada” arquivística: leituras, reflexões e reconsiderações* ou então, *Arquivos pessoais: um novo campo profissional. Leituras, reflexões e reconsiderações*.

O intento do autor, expresso na própria introdução, é responder a uma pergunta básica para o tema: qual o futuro do arquivo pessoal e qual é o futuro da profissão arquivística que possa garantir que os arquivos pessoais e familiares sejam preservados? A perspectiva é a de que se delineia uma nova forma de ver e sentir a importância, o papel e o emprego do arquivo pessoal. Se talvez atualmente ainda sejam esses arquivos mais valorizados pelos indivíduos e pelas famílias que os mantêm por razões altamente pessoais de identidade, memória e valor sentimental, não o sendo pelas instituições e pelos pesquisadores em geral, essa situação passa agora por uma mudança e esta mudança precisa ser bem acolhida, bem entendida e devidamente sustentada.

Os oito capítulos, alguns deles, reformulações de artigos, aulas e comunicações apresentadas a congressos pelo autor, são todos eles precedidos de uma minuciosa introdução seguida de extensos sub-capítulos, finalizando, cada capítulo, com uma detalhada conclusão. Por toda a obra, Cox vai expondo suas observações, desde a forma peculiar pela qual os norte-americanos “vêem” o arquivo pessoal, passando por inúmeros estudos de caso, chegando até a análise de como tem sido o “trato” profissional dado a eles, tanto no âmbito dos arquivos correntes como no dos arquivos históricos institucionais. Analisando esses capítulos, ocupando cada um, em média, cinquenta páginas, concluímos por não resumi-los, mas sim sacar-lhes idéias ou argumentações essenciais a propósito de seus temas, tornados evidentes nas respectivas denominações.

O capítulo primeiro curiosamente intitulado “Postar notas e, depois salvá-las” (*Posting Notes and, Then, Saving Them*), começa por chamar-nos a atenção sobre a pouca incidência de publicação de guias para orientar os leigos a organizarem seus acervos privados. Isso, comparativamente aos abundantes livros de auto-ajuda, seja em que campo de ação for tal como é notório nos Estados Unidos. Do ponto de vista do autor seria interessante se arquivistas profissionais se propusessem a treinar aqueles a quem o autor denomina “cidadãos-arquivistas”. Os profissionais deveriam repensar as formas de usar esse desejo para criarem uma melhor compreensão da missão arquivística e, ao mesmo tempo, ajudarem as pessoas a definirem seus próprios projetos de organização de acervos. Afirmo que eles deveriam acrescentar aos seus deveres profissionais o do preparo de cidadãos no sentido de que estes pudessem ter um conhecimento básico de como cuidar de seus próprios documentos históricos. Richard Cox volta-se para o que está ocorrendo no campo das “tecnologias de informação pessoal”, demonstrando que os sites, blogs e álbuns digitais de fotografias já figuram como marca proeminente de nossa sociedade. Essas tecnologias, com sua fragilidade inerente mais visível, levam os indivíduos a serem mais cuidadosos com as questões de preservação. A seu ver, “os arquivistas precisam reconhecer que essas inovações possivelmente estão alterando o que eles fazem e como o fazem (...), sendo preciso “comunicarem melhor sua missão na sociedade por meio da assistência a pessoas que tenham desenvolvido algum interesse na organização arquivística”.

O capítulo segundo trata da “Paixão pelo documento” (*The Romance of the Document*), o que tem levado muitos dos norte-americanos a vasculharem antiquários, sebos e feiras de antiguidades procurando por algum

“documento interessante, envelhecido da maneira exata, associado a um evento ou período determinado, acompanhado de uma assinatura

curiosa ou famosa ou simplesmente dotado da aparência desejada para ser emoldurado e pendurado num escritório ou quartinho pessoal”.

O autor afirma mesmo que “coleccionar autógrafos e manuscritos é um passatempo popular nos Estados Unidos há cerca de duzentos anos, um *hobby* alimentado por uma rede de vendedores, casas de leilão e, atualmente, pelo comércio eletrónico”. Independentemente de se tratarem de documentos de seu interesse próprio, pessoal ou familiar,

“os norte-americanos, que são constantemente criticados por não se interessarem pela história, contradizem esse julgamento ao saírem à procura desses artefatos (alheios), escolhendo esses objetos porque eles possuem uma ligação íntima com o passado ou se tornam um investimento pessoal na memória da nação”.

Entretanto, essas pessoas têm dificuldades em compreender a preocupação que os arquivistas de arquivos públicos têm com as necessidades legais e administrativas, com as questões de confiabilidade e autenticidade, sobretudo relativamente aos documentos digitais. Aos leigos também não interessa entender princípios e premissas tão familiares aos profissionais de arquivo, tais como proveniência, contexto de produção, avaliação etc. Os sub-capítulos abordam respectivamente o diário, a carta, as entrevistas para história oral, considerando essas modalidades documentais em seus suportes tradicionais ou em suporte digital. O que importa mesmo discutir aqui é a irresistível atração pelo documento em si.

O capítulo terceiro, em seu título “Documentos informativos: como as pessoas e as instituições obtêm informação” (*Information Documents: How People and Organizations Acquire Information*), já explicita que ele aborda todo um histórico da evolução do falar, escrever, ler, arquivar, enfim, do esforço “da humanidade para se comunicar, documentar e lembrar”. O autor recorda-nos que

“quando se observa um documento, ao menos do gênero textual, depara-se com a linguagem. O documento de qualquer tipo (carta, memorando ou recibo) é recoberto de símbolos que representam palavras e números. Ele é feito para ser recebido, lido, entendido”.

A relativa estabilidade da linguagem vê-se hoje confrontada com a fragilidade das fontes documentais, especialmente em suporte digital. “Os indivíduos

e as instituições enfrentam situações embaraçosas quando descobrem que aqueles e-mails rápidos e eficientes desapareceram, ou então – e com a mesma gravidade – reapareceram depois de serem dados como perdidos”. A linguagem permite o “intercâmbio de informação”, mas a preservação da mesma informação necessita da escrita. Sem ela como compreender a história da sociedade humana? Segue-se uma larga discussão de cunho antropológico sobre a escrita, a comunicação e sobre o futuro eletrônico dos documentos. Qual será a conformação física desses arquivos, como eles funcionarão e, sobretudo, quem cuidará deles? Nesse capítulo, é largamente discutido do ponto de vista histórico, o uso que o homem tem feito da linguagem e da escrita. A atualidade diante do documento digital apresenta problemas ainda não totalmente resolvidos, tanto para seus produtores, quanto para arquivistas e usuários.

O capítulo quarto, “Uma função terapêutica: o arquivo pessoal” (*A “Therapeutic Function”: Personal Recordkeeping*) aborda o quanto já começa a ser reduzida a disparidade entre a experiência pessoal e o conhecimento dos requisitos públicos referentes à gestão de documentos e de informação já que, ao menos nos Estados Unidos, tem havido longos e tensos debates entre os defensores das liberdades civis e os partidários do governo ou da segurança nacional. Vários casos são relatados sobre o problema do uso de dados pessoais pelo governo. O autor cita James B. Rule (*Privacy in peril*, Nova York, Oxford University Press, 2007), que tem se preocupado com a forma como os Estados Unidos gerenciam a privacidade, mostrando o quanto suas políticas a respeito tem sido mais ineficientes do que as de quase a totalidade dos estados democráticos. Ele afirma que hoje naquele país qualquer banco de dados pessoais registrado no sistema público pode ser vendido para praticamente todos os fins comerciais. Além do mais, especialmente na era pós-11 de setembro, por questões de segurança nacional e pela guerra ao terror, intensificou-se a coleta de informações pessoais realizada, muitas vezes, de forma duvidosa. Nesse capítulo Richard Cox alude ainda à forma como “estamos cercados por documentos demarcando as atividades de nossas vidas, a história de nossas famílias e a implacável passagem do tempo...” afirmando que, afinal, guardamos documentos como lembranças de importantes eventos de nossas vidas; preservamos nossos documentos financeiros, fotografias, diplomas, certificados ou prêmios; navegamos na internet e, de forma consciente ou não, nela também estamos freqüentemente examinando documentos, tais como relatórios do governo, notícias e blogs pessoais.

No capítulo quinto “Impulsos humanos e arquivos pessoais” (*Human Impulses and Personal Archives*) o autor começa por se indagar por que os

arquivos pessoais existem. Por que muitas pessoas, mesmo considerando-os como “um dos grandes fardos de nossa vida contemporânea”, concluem que é praticamente impossível viver sem eles? Talvez por reconhecerem que “os documentos não surgem milagrosamente e sem razão e, na maioria dos casos, essas razões são boas. Nenhuma pessoa ou empresa produz um documento para se divertir, mas porque isso lhes é exigido”. Temos de concordar que o autor está certo quando afirma que “os aspectos legais e regulatórios dos documentos apontam para a existência de atividades para as quais a emissão deles é absolutamente necessária, ou seja, sem a existência do documento, a atividade ficaria incompleta (ou talvez não pudesse nem sequer ser confirmada)”. O sub-capítulo

“Sentimentalismo e arquivo pessoal” demonstra que, mais do que se reconhecer o valor legal da documentação pessoal, falam mais alto as razões sentimentais e emocionais, o que leva a serem preservados “velhos documentos mesmo depois de não haver mais qualquer necessidade de se tê-los em mãos”.

A seguir, é a fotografia que passa a ser objeto de grande atenção do autor, sobretudo a fotografia digital.

“A facilidade com que hoje as pessoas enviam fotografias digitais de suas vidas diárias e momentos mais íntimos por meio da internet e também as postam em páginas pessoais eletrônicas é muito mais que apenas um passo adiante na evolução de nosso caso de amor com a fotografia e deixa claro que não há sinais de diminuição na maneira como interpretamos e lembramos nosso passado através do registro visual”.

O capítulo sexto, denominado “Traços de si: outras reflexões sobre o arquivamento pessoal e a função dos arquivistas” (*Traces of Ourselves: More Thoughts on Personal Recordkeeping and the Roles of Archivists*), representa as preocupações do autor para com o destino dos arquivos pessoais, assinalando como os arquivistas profissionais podem de alguma forma “socorrerem” as famílias preocupadas com continuidade e preservação da documentação privada, pois, “mesmo aqueles papéis pessoais aparentemente sem muita importância, são capazes de transmitir valores fundamentais de geração para geração”. E, mesmo do ponto de vista pessoal, “sem as provas e as informações encontradas nesses documentos, perdemos nossos ancoradouros, nossa autoconfiança e nossa conexão com a sociedade e as

com as pessoas”. O autor chama a atenção para o fato de o poder e a portabilidade dos aparelhos digitais serem cada vez maiores, mencionando as novas modalidades de influência que eles exercem. Cita autores tais como David Weinberger (*Everything is miscellaneous: the power of the new digital disorder*, Nova York, Times Books, 2007), para quem a distância entre nosso modo de acesso à informação e o do computador está no cerne da revolução do conhecimento. Segundo esse mesmo autor,

“a mudança que muitos profissionais da documentação estão enfrentando devido à heterogeneidade contemporânea é profunda e real. As autoridades sempre filtraram e organizaram a informação para nós, protegendo-nos do que não vale o nosso tempo e ajudando-nos a encontrar o necessário para darmos a nossas crenças uma base sólida. Mas com o heterogêneo, tudo está disponível, sem filtros”.

O capítulo sétimo intitula-se: “O correio eletrônico e o arquivamento pessoal” (*Electronic Mail and Personal Recordkeeping*). Começando por afirmar que “o correio eletrônico é um dos mais onipresentes, comumente aceitos e mais fáceis de usar entre os documentos modernos e as tecnologias de informação”, o autor segue demonstrando o quanto ele tem função crucial nas atividades das instituições e das pessoas. O que inicialmente foi mais tido como algo a ser descartado após o uso, passou a ser admitido como “uma ferramenta necessária para a comunicação, para a tomada de decisões, para o planejamento e para outras funções profissionais e pessoais”. Analisando essa forma de comunicação do ponto de vista da teoria, da metodologia e da prática arquivísticas, Richard Cox mostra a diferença que ocorre nos Estados Unidos da posição dos arquivistas que atuam nos arquivos correntes e os que atuam nos arquivos históricos a respeito desse moderno meio de comunicação. Os primeiros tendem a ver o e-mail

“como uma ameaça específica tanto para sua própria capacidade de controlar os sistemas de arquivos e de dados quanto – e isso talvez seja mais importante – um risco e uma ameaça invasiva para as informações confidenciais das empresas onde eles trabalham”.

Para os segundos, e-mail pode ser uma “ameaça a uma das mais importantes fontes documentais que eles administram, a saber, a correspondência pessoal e institucional, e, por conseguinte, o correio eletrônico simboliza os desafios impostos pela era digital ao nosso patrimônio documental”. Para o autor, essa

divergência deveria terminar, encontrando-se um meio-termo que admitisse ser o e-mail fundamental para questões de documentação e de pesquisa, tanto para o destinatário como para o signatário, em suas razões e efeitos imediatos.

O capítulo oitavo, cujo título é: “A rede de documentos: a internet, os arquivistas e os arquivos pessoais” (*The Web of Records: The World Wide Web, the Records Professions, and Personal Archiving*,) começa por expor as idéias de Greg Hunter (The digital future: A look ahead, *Information Management Journal*, n.36, jan./fev. 2002), para quem “a integridade intelectual (constituída pelo conteúdo, fixação, capacidade de localização, proveniência e contexto) dos novos documentos eletrônicos pode vir a ser o problema mais substancial a desafiar os arquivistas no universo digital”. Ainda há muitas dúvidas a respeito dos imensos desafios impostos à preservação na internet. Para Cox,

“o ciberespaço ainda é visto como um local extraordinariamente dinâmico para a expansão do conhecimento humano, criando condições para novos tipos de pesquisa ou se baseando em métodos mais antigos. Em certos casos mais prosaicos, o ciberespaço serve apenas como substituto eficaz das listas telefônicas e dos mapas rodoviários, ao mesmo tempo em que causa apreensões relativas à possível substituição de bibliotecas, arquivos e museus sem necessariamente levar em conta os inestimáveis materiais não digitais que se encontram nessas instituições”.

O autor dá relevância ao valor da perspectiva arquivística e cita Seamus Ross (*Changing trains at Wigan: digital preservation and the future of scholarship*, Londres, National Preservation Office, 2000) para enfatizar que os arquivos digitais, combinados com as novas tecnologias, irão flexibilizar a pesquisa. Eles criarão condições para o acesso simultâneo a uma série de fontes (próximas e distantes) e facilitarão o uso de métodos de pesquisa que não são viáveis com documentos convencionais impressos ou manuscritos. Afirmar ainda haver claras razões para que tantas pessoas se preocupem com a estabilidade dos materiais que se encontram na internet. E embora isso implique em um papel mais significativo por parte dos arquivistas, julga ainda assim ser fundamental que estes definam bem como seu trabalho de gerenciamento de sites institucionais pode servir de apoio a essas práticas ampliadas no setor da cultura e da pesquisa.

Na conclusão, o autor pergunta-se, a partir do exposto no decorrer da obra, se estará ele propondo um novo tipo de futuro arquivístico para os

acervos pessoais, futuro no qual os documentos eletrônicos marcarão cada vez mais a sua presença.

A expansão da informação pessoal digital traz à tona interessantes questões para os arquivos, as bibliotecas, as famílias e os profissionais no tocante aos “espólios digitais” após a morte de alguém. Não se trata apenas de conteúdo e de seu valor, mas do problema do acesso (e será interessante observar se o alto valor conferido aos acervos pessoais de correspondência em papel e de manuscritos de certos autores ficcionais será repetido em relação a seu e-mail e a outros documentos eletrônicos). A maior parte dos acervos pessoais digitais só pode ser acessada por meio de senhas e de autenticação.

Outra grande preocupação dos profissionais é a questão da transferência dos arquivos pessoais para uma instituição arquivística segura. Isto poderá transformar-se em uma necessidade quando os documentos estiverem abandonados pela família ou ameaçados de dispersão, de destruição iminente ou qualquer outra situação de risco. Mas, fora isso, não seria o caso de deixá-los aos cuidados das famílias, apenas ajudando-as e orientando-as tecnicamente? E, em qualquer um dos casos, o procedimento seria o de preservá-los em sua totalidade? Submetê-los à avaliação? Como lidar com o mau estado de conservação em que muitos se encontram? “O mofo e outros agentes de decomposição, como umidade excessiva e exposição à ferrugem, à poeira e aos insetos, destroem muitos acervos” aponta Cox citando Aiysha Abraham (*Deteriorating memories: Blurring fact and fiction in home movies in India*. In: Ishizuka, Karen L. e Zimmerman, Patricia R. ed. *Mining the home movie: excavations in histories and memories*, Berkeley, University of California Press, 2008, p. 172).

Pode mesmo para o arquivista ser um dilema posicionar-se entre o “ajudar os amadores na preservação de seu próprio material de arquivo e a vontade de adquirir essas fontes para instituições arquivísticas onde elas poderão ser usadas com mais facilidade pelos pesquisadores”. Diante desse dilema julga Cox que seria desejável que os arquivistas assumissem uma função mais proativa na montagem e na contratação de profissionais para programas permanentes de extensão. Programas esses que buscassem ajudar os indivíduos e as famílias a enfrentarem os desafios desse tipo de arquivamento. O autor também aponta para o problema de serem os arquivos pessoais e familiares em número grande demais para que pudessem em sua totalidade serem carreados para instituições públicas. Uma boa solução seria a de que o cidadão comum que possuísse um arquivo familiar ou pretendesse organizar um tivesse a devida dedicação e motivação, além de poder (e querer) adquirir as habilidades técnicas para classificar, descrever e preservar aqueles documentos. Muitas dessas pessoas são céticas a respeito da documentação digital, haven-

do mesmo uma “boa dose de fatalismo sobre a confiabilidade da tecnologia digital, ou seja, as falhas nos sistemas são encaradas como coisa normal”, afirma Cox, que também comenta “haver certo temor em relação à vulnerabilidade do armazenamento digital em rede”.

Os arquivistas devem estar atentos para o posicionamento de Cox quanto aos aplicativos eletrônicos, cujo tratamento arquivístico os tem preocupado freqüentemente. Ele menciona na introdução do livro que “os norte-americanos, entre outros, estão utilizando um número cada vez maior de aplicativos eletrônicos, como os *blogs* e o *YouTube* para se expressarem e se documentarem. Para ele, podemos pensar nos sites de internet como uma espécie de catálogo de museu ou um instrumento arquivístico de pesquisa, com a diferença de que os sites possuem maior potencial para a interatividade e, obviamente, maior potencial para aperfeiçoamentos relativos à conectividade com outras fontes de informação. Quanto mais trabalhamos e vivemos no reino digital, mais sentimo-nos à vontade para lidar com os sucedâneos digitais daqueles artefatos.

Assinala ainda o autor que os *blogs* “são como novas versões de velhas formas documentais como os diários, com a diferença de que não vão ser incluídas fisicamente em arquivos como é o caso de seus predecessores”. Explica que os *blogs* e outros documentos digitais recentes substituem os mais antigos, não havendo, entretanto garantias de que possam ser arquivados da mesma maneira. E acaba por constatar que “poucos arquivos, seja de que tipo for, estão efetivamente trabalhando com formatos como os blogs, que são normalmente deixados a cargo de seus criadores. Diante de um universo documental infinitamente mais amplo do que se podia prever, essa talvez seja uma decisão aceitável. Mesmo no campo das velhas tecnologias, já se percebiam práticas análogas às do blog, como foi o caso dos diários escritos, escondidos, preservados e partilhados pelas vítimas do Holocausto e seus descendentes”. Pergunta ainda:

“se fomos tão cuidadosos em identificar e preservar estes diários, será que não deveríamos fazer o mesmo em relação aos blogs atuais produzidos por militares em zonas de guerra, cronistas e vítimas de genocídio e comentaristas políticos com informações privilegiadas”?

Por essas e tantas outras indagações tanto inteligente, quanto estrategicamente colocadas por Richard Cox, os profissionais e estudantes de arquivística dos países lusófonos, merecem a prometida tradução para o português a cargo de Anderson Bastos Martins, que deverá sair em breve,

integrando a Coleção Arquivo, da Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Isso tornará seu conteúdo mais facilmente acessível e passível, portanto, de melhores análises, comparações e aplicações no trato dos documentos pessoais em nossos países, principalmente os gerados em meio digital, que apresentam ainda tantas dúvidas quanto à sua organização e sua preservação.